

Dossiê "Estudos sobre
implementação de planos
e programas para a
educação básica"

Apresentação

Dossiê “Estudos sobre implementação de planos e programas para a educação básica”

O planejamento, de forma mais ampla, pode-se caracterizar “como uma atividade humana presente no cotidiano de todos os indivíduos, pela qual estes estabelecem objetivos a serem atingidos e formulam as estratégias de ação para alcançá-los” (SCAFF, 2006, p. 42).

A técnica de planejamento no Brasil, enquanto instrumento de política econômica estatal, começou a ser incorporada, provavelmente, com a Segunda Guerra Mundial, ou seja, ao menos foi nessa época que o planejamento passou a fazer parte do pensamento e da prática dos governantes, devido à necessidade de organizar as informações de forma “mais racional”, analisar os problemas, tendo em vista a tomada de decisões e controle da execução de políticas econômico-financeiras (IANNI, 1986).

Na área de educação, como assinala Scaff (2006), o Planejamento insere-se na segunda metade do século XX, como resultado de um movimento mais amplo, de caráter internacional, na medida em que se constituiu tema de várias Reuniões e Conferências Internacionais.

De acordo com Ferreira e Fonseca (2011), apesar do grande destaque do planejamento estatal nos governos militares (1964-1985), em que o planejamento da educação passou a compor os planos nacionais de desenvolvimento, sua institucionalização ocorreu no governo Collor de Mello (1990-1992), em decorrência do dispositivo constitucional que instaurou o Planejamento Plurianual, determinando ao Executivo a elaboração de planos para o estabelecimento de metas, diretrizes e objetivos da administração pública. No entanto, acentuam que foi no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que o planejamento assumiu importância decisiva na organização das ações do Estado brasileiro.

Nesse período, as políticas educacionais, organizadas ou reorganizadas pelo Estado, apresentaram a Gestão Educacional como eixo fundamental das reformas com vistas a promover uma educação de qualidade para todos e trazem, como instrumento fundamental de modernização da gestão pública, o modelo de planejamento estratégico (SCAFF, 2006).

Nos anos 2000, na segunda gestão do governo Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), o planejamento ganhou centralidade e no campo educacional foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) pelo Ministério da Educação (MEC), ao mesmo tempo em que a promulgação do Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007,

instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, dispositivo legal que põe em vigência o PDE (BRASIL, 2007).

O Plano de Ações Articuladas (PAR), um dos programas constituintes do PDE, foi apresentado como um Plano de cooperação entre municípios, Estados, Distrito Federal e União, pelo mencionado Decreto. A proposta do MEC é oferecer apoio técnico e financeiro aos governos subnacionais, condicionada à adesão ao Compromisso Todos pela Educação e ao cumprimento de suas diretrizes. Assim, os municípios e os estados passam a assumir o compromisso de melhoria da qualidade da educação básica.

Na perspectiva de refletir sobre essa política educacional, esse dossiê reúne artigos de pesquisadores de diferentes Instituições do país, que buscam analisar e debater o PDE/PAR, com foco na Educação Básica.

No primeiro artigo *Relação Público Privado na Educação Básica – notas sobre o histórico e o caso do PDE-PAR – Guia de Tecnologias*, Vera Maria Vidal Peroni, Alexandre José Rossi, Daniela de Oliveira Pires, Lucia Hugo Uczak, Luciani Paz Comerlato e Maria Raquel Caetano apresentam um histórico da educação privada no Brasil e discutem as parcerias propostas pelo PDE, focalizando as parcerias indicadas no Guia de Tecnologias Educacionais do PDE e do PAR. Os autores mostram que o governo federal estimula as parcerias privadas, por meio do Guia de Tecnologias do PAR.

O segundo texto, *Planejamento educacional e tecnocracia nas políticas educacionais contemporâneas*, escrito por Eliza Bartolozzi Ferreira ao analisar o planejamento educacional no governo Lula, apresenta reflexões oriundas da pesquisa “Gestão das políticas educacionais no Brasil e seus mecanismos de centralização e descentralização: o desafio do PAR” e discute que a aplicação do PAR nos municípios trouxe uma nova estratégia de ação até então não vivenciada pela totalidade do sistema.

Em seguida, no artigo *O PAR como indutor do planejamento da educação municipal*, Marília Fonseca e Severino Vilar de Albuquerque discutem, também, resultados da pesquisa nacional, “Gestão das Políticas Educacionais no Brasil e seus Mecanismos de Centralização e Descentralização: o desafio do Plano de Ações Articuladas (PAR)”, em 28 municípios brasileiros, localizados em Minas Gerais (Norte de Minas e Zona da Mata), Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Maranhão, e demonstram que os gestores municipais acolheram o PAR como uma proposta inovadora de planejamento e discutem as dificuldades para se estabelecer uma cultura de planejamento participativo na esfera educacional.

No artigo *Análise da implementação do Plano de Ações Articuladas em Municípios do Rio Grande do Sul*, Neusa Chaves Batista, Cleusa Conceição Schuch, Daniela Borba Bürgie, Elena Maria Billig Mello e Isabel Letícia de Medeiros fazem uma análise do PAR em municípios do Rio Grande do Sul, composta por uma amostra de 38 municípios prioritizados. Destacam a importância do apoio das universidades federais, em especial da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na elaboração e implementação

do PAR nos municípios e acentuam que o maior limite para a não execução das ações planejadas foi o de “não atendimento da subação pelo MEC”.

Maria Couto Cunha, Jean Mário Araújo Costa e Rosemeire Baraúna Meira de Araújo, no artigo *O Plano de Ações Articuladas (PAR): percepções e expectativas na gestão da educação municipal* analisam as percepções e expectativas dos gestores, técnicos das secretarias da educação e dos comitês estratégicos de elaboração do PAR, em torno dos processos de implantação, metodologia adotada, do apoio técnico e financeiro como pressuposto desse Plano, e algumas repercussões geradas na gestão da educação de quatro municípios do Estado da Bahia. Mostram avanços na gestão da educação municipal, decorrentes da implantação do PAR e a falta de articulação entre os gestores dos próprios municípios, como na relação destes com os outros entes governamentais.

Na sequência, Luciana Teófilo Santana e Theresa Maria de Freitas Adrião, em *O Plano de Ações Articuladas em municípios paulistas prioritários: o exercício cooperativo em análise*, apresentam uma análise acerca da cooperação técnica e financeira ofertada pelo MEC descrita nas ações e subações sugeridas pelo PAR em municípios paulistas priorizados pelo programa, focalizando o conteúdo do diagnóstico e as metas definidas no termo de cooperação definidas nesses municípios para a dimensão de Gestão Democrática. As autoras sinalizam para a importância do exercício cooperativo entre os entes federados, para empreender políticas educacionais, de forma que os municípios, esferas frágeis de poder, possam “situar-se, posicionar-se e até mesmo contrapor-se”.

O artigo escrito por Regina Tereza Cestari de Oliveira, Elisângela Alves da Silva Scaff e Ester Senna, *A elaboração, implementação e acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios de Mato Grosso do Sul*, apresenta resultados da pesquisa desenvolvida em quatro municípios do estado, no âmbito do projeto “Gestão das Políticas Educacionais: o impacto do Plano de Ações Articuladas (PAR) em municípios sul-mato-grossenses”. As autoras analisam que o processo de elaboração do PAR indica a fragilidade dos municípios, quanto à institucionalização do planejamento enquanto prática sistemática, e que, no entanto, essa política educacional pode contribuir para impulsionar a implementação de políticas públicas educacionais mais democráticas, no âmbito da esfera municipal, na medida em que possibilita uma reflexão por parte dos gestores locais.

O artigo que finaliza este dossiê, *Planejamento da política para a educação especial nos Planos de Ações Articuladas (PAR) de municípios sul-mato-grossenses*, de autoria de Jassonia Lima Vasconcelos Paccini e Nesdete Mesquita Corrêa, integra o projeto acima referido. As autoras discutem as ações da educação especial previstas no PAR, também, de quatro municípios do estado de Mato Grosso do Sul (MS), e demonstram que a formação de professores e de profissionais de serviços de apoio escolar e

a infraestrutura física e recursos pedagógicos são ações comuns de demanda no PAR dos municípios pesquisados.

Espera-se que a organização desse dossiê possa contribuir para o aprofundamento do debate sobre as políticas públicas educacionais, em suas contradições intrínsecas, em curso no Brasil, e instigue outros estudos no campo da gestão e planejamento educacional.

Afinal, o que se propõe nos planos educacionais conduzirá a uma transformação qualitativa ou reafirmará as estruturas e relações de poder, como analisa Ianni (1986).

Referências

BRASIL. *Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03>. Acesso em: 25 fev. 2012.

FERREIRA, E. B.; FONSECA, M. O planejamento das políticas educativas no Brasil e seus desafios atuais. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 29, n. 1, 69-96, jan./ju. 2011. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>.

IANNI, O. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

SCAFF, E. A. S. Planejamento da educação e cooperação internacional: uma análise dos Programas Monhangara e Fundescola. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo, SP: FE/USP, 2006.

Regina Tereza Cestari de Oliveira
Organizadora do Dossiê